

15/02/2016 - 05:00

Conflito na elite e escândalos de corrupção

Por **Argelina Cheibub Figueiredo**

Em 1994, em sua conferência no Encontro Anual da Anpocs (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), o cientista político americano Theodore Lowi expôs sua teoria sobre escândalos de corrupção. Escândalos de corrupção, disse ele, decorrem de conflitos na elite política. Afirmou ainda que escândalos de corrupção não têm relação com níveis de corrupção. Ou seja, o tamanho do escândalo não tem nada a ver com o tamanho da corrupção, depende do grau de dissenso na elite. Será que essa teoria se aplicaria ao caso do Brasil recente? Vejamos.

Como bem lembrou o cientista político e consultor Bolivar Lamounier no artigo "Impeachment e reforma do Estado-camarão", em "O Estado de S. Paulo" de 31/1/2016, "em 1958, o jurista Raymundo Faoro colocou [o] tema [do patrimonialismo] na agenda intelectual brasileira ao abordá-lo em seu livro "Os Donos do Poder - Formação do Patronato Político Brasileiro" (Editora Globo, 1958). Mas entre colocá-lo na agenda intelectual e conseguir que o "patronato político" referido no subtítulo da obra se decida a reformar ou a desmantelar de vez tal sistema, vai evidentemente uma grande distância". Se o conceito não é de amplo conhecimento da população, o reconhecimento da existência de práticas patrimonialistas nos governos e no estado brasileiro faz parte do senso comum. E não é de hoje.

Em 2003, a alternância de poder, tão comemorada como mais um sinal de maturidade da democracia brasileira, logo se transformou em acirrado conflito no interior da elite política brasileira. Assumiu a presidência um partido de esquerda que anteriormente não havia tido a oportunidade de usufruir dos favores do estado brasileiro. No governo, como sabemos bem hoje, o PT não tardou em disputar as fontes de ganhos da elite política até então no controle do estado. Na disputa se encontravam seus próprios aliados, a maioria com experiência nos governos democráticos anteriores, mas também nos governos militares, como o PP, cuja origem é a Arena.

Corrupção não é obra de um só partido ou governo

Encontrou assim um Estado aparelhado, por antigos e recentes detentores do poder. A disputa por cargos e eventuais benesses, é bom ficar claro, não foi a principal fonte de conflito. Cargos são condição sine qua non para a formulação e implementação de políticas públicas. E o embate entre diferentes visões e programas de governo está cada vez mais evidente. Em termos partidários desembocou em um novo Fla x Flu, o PSDB x PT e suas respectivas torcidas. Temos aqui um ingrediente básico da teoria de Lowi: o aumento do conflito na elite.

Paralelamente, instituições de controle do poder do Executivo e de defesa do Estado e da cidadania passaram a atuar com crescente independência e autonomia, prerrogativas que a constituição de 1988 lhes garantiu. Independência revelada, por exemplo, na atuação do procurador-geral da República, que no processo do "mensalão" não só passou a acatar denúncias (ao contrário de pregressas práticas de engavetamento), como forneceu a base de argumentos a serem utilizados pelo relator do processo no Supremo Tribunal Federal. O STF, com maioria de membros nomeada pelos governos petistas, interpretou a lei com criatividade e rigor. Assistimos pela primeira vez no país a prisão de vários membros da mais alta cúpula do governo e de partidos deste e de governos anteriores.

A Polícia Federal, por sua vez, ainda que funcionalmente subordinada ao Ministério da Justiça e, portanto, ao Executivo, não só agiu de forma autônoma como ampliou suas operações e seus efetivos. Seus relatórios anuais mostram que, a partir de 2003, seu orçamento cresceu significativamente, assim como aumentou o número de delegados e técnicos em suas fileiras, resultando em número crescente de operações. Se em 2003 realizou apenas 18 operações, em 2006 atingiu 149, passando a executar mais de 300 a partir de 2012. Com suas investigações, tornou-se decisiva base de apoio ao papel do Judiciário no combate à corrupção.

Escândalos de corrupção escalaram. "Escândalos em série" virou título de página específica de "O Globo". Com os escândalos, prosperou a crença de que a corrupção no Brasil aumentou. A se fiar nas manchetes de jornais "nunca antes neste país" se viu tanta corrupção. Lowi, porém, não autorizaria tal conclusão. Se o conflito aumentou, seria de se esperar o aumento de escândalos, como prevê a teoria. O grau de corrupção depende de comparações, o que não é possível, uma vez que desconhecemos o que existia antes. Mas verificar a existência e punir atos corruptos são excelentes medidas de prevenção. Para tanto, bastam investigações eficazes e julgamentos apropriados. Daí a importância dos órgãos policiais e judiciários, aqui considerados, ainda que alheios à teoria de Lowi.

Meu objetivo não é negar a existência de corrupção hoje. E muito menos comparar com níveis anteriores. Mas argumentar que a corrupção não foi inaugurada nem monopolizada pelo governo do PT. E se se pretende alguma efetividade no combate à corrupção, é preciso não tratá-la como obra de um só partido ou governo, como parece saber o povo que resiste em ir às ruas.

Por isso, "decepar", por meio do impeachment, a cabeça do que chamou de "Estado-camarão", como defende o autor citado acima, não me parece a solução para o problema. As investigações atuais começam a se estender a membros de outros partidos e de outros governos. Substituir a presidenta pelo seu vice certamente diminuiria o conflito na elite política e, conseqüentemente, os escândalos, mas é muito pouco provável que diminua a corrupção. Diminuiria também a percepção de existência de corrupção. O que poderia ser útil, mas certamente seria falso.

Argelina Cheibub Figueiredo é cientista política, professora do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e colunista convidada do "Valor". Marcos Nobre volta a escrever no fim do mês

E-mail: argelina@iesp.uerj.br